
DEMOCRACIA E PROVIDÊNCIA EM TOCQUEVILLE

Rodrigo Anido Lira

Mestre em Cognição e Linguagem/UENF
rodrigoanidolira@gmail.com

Edson Terra Azevedo Filho

Mestre em Engenharia de Produção/UENF
edsonterrafilho@gmail.com

Marusa Bocafoli da Silva

Graduada em História/FAFIC
marusasilva@gmail.com

RESUMO

Em vários momentos de sua obra clássica Tocqueville lança mão do argumento providencial para justificar a irrefreabilidade do processo igualitário e conseqüente democracia. Vários estudiosos de sua obra posteriormente apresentam divergência sobre tal argumentação se esta seria fruto realmente de sua crença católica ou argumentação retórica para resolver a questão das causas históricas e se concentrar nas conseqüências da revolução democrática. Sendo assim o presente artigo objetiva reunir algumas destas discussões e pontos de vista a respeito dessa questão analisando este discurso específico da providência e suas contradições além de apresentar uma base teórica inicial sobre o pensamento Toquevilleano a respeito da democracia expondo os principais pressupostos e conceitos.

Palavras-chave: Democracia, Providência, Tocqueville

ABSTRACT

At various times in his classic work draws upon Tocqueville's argument to justify the providential irrefreability process and consequent egalitarian democracy. Various scholars of his work Rest period show divergence on this argument if this would actually result from their belief Catholic rhetoric or argument to resolve the issue of historical causes and focus on the consequences of the democratic revolution. Thus this article seeks to bring together some of these discussions and views on this issue by analyzing this particular discourse of providence and its contradictions and presents a theoretical base on the initial thought Toquevilleano of democracy by exposing the assumptions and concepts.

Keywords: Democracy, Providence, Tocqueville

1. Introdução

Dentre os autores clássicos das ciências políticas, Tocqueville surge como uma grande referência principalmente nas discussões sobre democracia. Suas publicações dos dois volumes de “A Democracia na América” (1835 e 1840) geram acaloradas discussões no mundo acadêmico sob diversos pontos de vistas e particularidades da obra. Dentre estas questões destacamos uma que é objeto de análise deste artigo, a atribuição da irrefreabilidade da democracia a Deus ou a questão divina/providencial.

Esta discussão ganha amplitude mundial e no Brasil seu grande impulsionador é o sociólogo Marcelo Gantus Jasmin que por diversas vezes abordou o tema seja em capítulos de livros ou artigos. O professor Luis Werneck Viana é outro autor a se posicionar sobre o assunto e talvez o primeiro a fazê-lo no artigo “Lições da América: o problema do americanismo em Tocqueville”. Destacamos também o ponto de vista do professor Gabriel Cohn no artigo “Tocqueville e a paixão bem compreendida” dentre outros autores.

Sendo assim pretende-se ampliar esta discussão comparando tais pensamentos e investigando o universo Toquevilleano com este viés apresentando de maneira preliminar alguns conceitos e pressupostos importantes para o entendimento do processo democrático em Tocqueville.

2 Revolução Democrática Universal

Tocqueville elabora um conceito de democracia de caráter universal e apesar de sustentar que as condições nos EUA eram as mais favoráveis para que este processo se desenvolvesse, este constante aumento da igualdade de condições que seria um pressuposto para a democracia dizia respeito a toda a humanidade. É certo que as profecias Tocquevilleanas foram em sua grande medida acertadas, neste caso a experiência com a democracia extrapolou inclusive o universo cristão que o autor delimitava. Outros países que não se enquadram neste critério também puderam compartilhar desta experiência democrática.

Assim foi na América o seu grande lócus de pesquisa para sua obra de maior projeção (A Democracia na América). Em 1831 juntamente com seu amigo Gustave de Beaumont viaja aos Estados Unidos com o objetivo de estudar o sistema penitenciário mas ao se deparar com as particularidades do sistema democrático norte americano passou a observar com senso mais crítico e analítico buscando investigar as diversas formas de como transcorria este processo. Ao regressar depois de um ano desta experiência passa a consolidar as informações colhidas e em 1835 publica o primeiro volume de “A Democracia na América” que logo em sua introdução deixa claro a que veio. Tocqueville deixa transparecer um encantamento pelo que lá observou principalmente no que para ele seria o fato gerador de todas as outras percepções, a igualdade de condições. Em suas palavras:

Entre os objetos novos que, durante a minha demora os Estados Unidos, atraíram a minha atenção, nenhum me impressionou mais vivamente do que a igualdade de condições. Não me custou perceber a influência prodigiosa que essa realidade primária exerce sobre a marcha da sociedade; ela dá a opinião pública uma direção definida, uma tendência certa às leis, máximas novas aos governos e hábitos peculiares aos governados. (TOCQUEVILLE, 1998. p.11)

Ainda na Introdução de A Democracia na América, passa a observar como este processo de igualização também ocorre em outros lugares mas, como citado acima, nos EUA seria mais perceptível e rápido em função de variáveis que facilitariam este processo como a questão da colonização e a localização geográfica, sem países vizinhos que pudessem ameaçar de alguma forma a soberania do país. Descreve ainda a França em sua trajetória e deixa claro que guardadas as proporções e peculiaridades a revolução democrática acontece na França de maneira mais lenta. No tocante ao processo igualitário diz:

O que acontece na França de cinquenta em cinquenta anos, a partir do século XI, não deixará de perceber, que uma dupla revolução se produziu no estado da sociedade. O nobre terá baixado na escala social, o plebeu ter-se-á elevado. Cada meio século os aproxima, logo vão se tocar. (TOCQUEVILLE, 1998. p.13)

3. Democracia, igualdade e liberdade

Os estudos de Tocqueville, de um modo geral, dizem respeito a realidades concretas, daí a sua crítica a maioria dos pensadores do século XVIII, e reúnem explicações sobre estruturas de dominação e instituições políticas até a descrição de hábitos e costumes do povo passando pelas relações do Estado com a Sociedade civil.

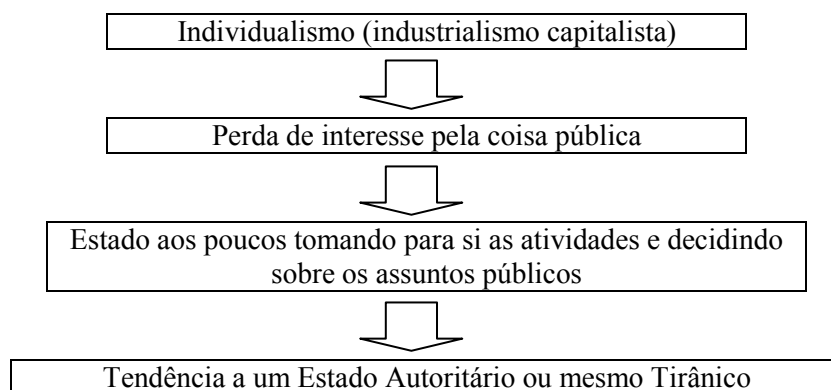
Principalmente em “A Democracia na América” é clara a interpretação sociopolítica que o leva a procurar caminhos para demonstrar as relações entre Igualdade e Liberdade ou como é possível a coexistência das duas situações. Essa será sua questão central, como fazer para que a condição de igualdade, segundo ele irrefreável, não iniba a liberdade.

Neste contexto ele observa que a democracia está sempre ligada ao processo igualitário e pode se desenvolver em qualquer lugar. A variável que influenciará sobre o tipo de democracia (tirânica ou liberal) que irá se instituir é a postura política do povo. Assim neste processo existem duas possibilidades de desvios. A primeira possibilidade seria o surgimento de uma sociedade de massa (tirania da maioria), que segundo Jasmin (1997b, p.64):

A discussão sobre a tirania da maioria aparece no texto de 35 para advertir sobre o risco de aniquilamento da liberdade de indivíduos e de grupos minoritários que, sob a égide da homogeneidade social da democracia, são socialmente exilados por divergirem dos padrões políticos e culturais majoritários.

Ou seja, a preocupação de Tocqueville neste caso está nas manifestações das minorias no tocante a impossibilidade de desenvolvimento dos mesmos sejam no caso das artes, filosofia ou mesmo ciências sem aplicações práticas imediatas. Este fato para ele seria um desvio do processo democrático.

A segunda possibilidade de desvio seria o surgimento de um Estado autoritário-despótico como no esquema abaixo:



Segundo Tocqueville, o foco individualista onde o interesse no lucro e acúmulo de riqueza é tão significativo que aos poucos o envolvimento dos cidadãos com as decisões da esfera pública vão diminuindo fazendo com que gradativamente o Estado tome pra si o controle das decisões sobre as questões políticas a certo ponto que poderá tender a um controle tirânico. Em suas palavras:

Individualismo é um sentimento refletido e pacífico, que dispõe cada cidadão a isolar-se da massa de seus semelhantes e a retirar-se para um lado com sua família e seus amigos, de tal sorte que, após ter criado para si, dessa forma, uma pequena sociedade para seu uso, abandona de bom grado a própria grande sociedade. (TOCQUEVILLE, 1998, p. 386)

Sendo assim é importante para conter esses “desvios” além da ação política dos cidadãos, que segundo Tocqueville é a garantia da existência da Democracia, é importante a criação e manutenção de instituições políticas que possuam maior poder representativo e mobilizem os cidadãos a uma maior participação.

A maior preocupação neste caso seria com a liberdade e que para garanti-la seria necessário tais condições de engajamento do cidadão que viria naturalmente no desenvolvimento da igualdade, como abaixo:

A igualdade, que torna os homens independentes uns dos outros, os faz contrair o hábito e o gosto de, em suas ações particulares, seguir tão-somente sua vontade. Essa inteira independência, de que desfrutam continuamente ante seus iguais e no uso da vida privada, os dispõe a considerar com descontentamento toda autoridade e lhes sugere, ao contrário, a idéia e o amor a liberdade política. (TOCQUEVILLE, 2000. P. 358)

A grande questão apresentada, portanto, é como preservar a liberdade na irrefreabilidade democrática oriunda da igualdade constante que apresenta possibilidades de desvios e com isso a liberdade sofre ameaça por sua característica frágil frente a tais condições.

4. A questão providencial

Este processo igualitário constante é sustentado por Tocqueville por uma questão que é o principal objeto de discussão deste artigo, a providência. Iniciamos por analisar:

Por isso mesmo, o gradual desenvolvimento da igualdade é uma realidade providencial. Dessa realidade, tem ele as principais características: é universal, é durável, foge dia a dia da interferência humana; todos os acontecimentos assim como todos os homens servem ao seu desenvolvimento. (TOCQUEVILLE, 1998. P.13)

Percebe-se que a sustentação para a condição irrefreável atribuída ao desenvolvimento da igualdade é uma realidade providencial. Tocqueville enfatiza ainda atribuindo três características que são o caráter universal a durabilidade e a impossibilidade de interferência humana. Parágrafos adiante ele reforça da seguinte forma:

(...) o desenvolvimento gradual e progressivo da igualdade constitui, a um tempo, o passado e o futuro da sua história, bastaria essa descoberta para dar àquele desenvolvimento o caráter sagrado da vontade de Deus soberano. Neste caso querer deter a democracia seria como que lutar contra o próprio Deus, e só restaria às nações acomodarse ao estado social que lhes impõe a providência. (TOCQUEVILLE, 1998. P. 14)

Com isso cabe refletir, o destaque a providência se dá em função de uma necessidade retórica com vistas a satisfação dos leitores da época ou realmente as questões transcendentais influenciavam o pensamento de Tocqueville.

Segundo Jasmin (1997, p. 187), este recurso à providência ficou conhecido como a “inevitabilidade histórica da democracia” e “é surpreendente tanto pelo recurso escancarado à providência como princípio explicativo do processo histórico, quanto pelo viés fatalista que pode ser atribuído ao seu enunciado”. As análises sobre sua obra dificilmente escapam a discussão acerca da realidade providencial.

A idéia providencialista em Tocqueville, para Rodríguez (2008, p.11) não é um dogma teológico que interfira na sua visão racional da política, colocando uma espécie de fim absoluto para a história mas “um recurso epistêmico que, de um lado, lhe permite delimitar a área de estudos da política e, de outro, lhe serve para tender uma ponte com a sua concepção ética, que pressupõe a mesma dignidade para todos os homens.”

Sobre a aplicação da idéia providencial Mélonio (1993, apud Rodriguez, 2008 p.11) diz que este recurso

(...) não implica, pois, que a ciência política seja um ramo da teologia, da fenomenologia do espírito ou da história natural. Tendo afirmado no mesmo movimento a Providência e a liberdade, Tocqueville pode demarcar o campo da política e procurar ali uma racionalidade específica. A primeira *Démocratie* apresenta-se como uma inquirição do regime democrático”.

Neste caso Cohn (2006, p. 6) considera a dimensão retórico-política fundamental considerando que o embate político da época justificava o recurso providencial. Como no trecho abaixo:

No caso do caráter irresistível ou mesmo providencial do avanço da democracia, a interpretação que me parece mais acertada é a de que essas formulações retiram seu caráter retórico da natureza do seu destinatário: os grupos ultra-realistas e reacionários que sonhavam com uma restauração do poder com lastro aristocrático, da volta da sociedade aristocrática, enfim. É a eles que pretende atingir quando usa o recurso à Providência, chegando a aventar que a tentativa de deter esse avanço como que divino equivaleria a afronta a Deus; assim como é para retirar-lhes a pretensão ao acesso exclusivo à religião que afirma a íntima relação entre o avanço da democracia e o cristianismo.

Assim Cohn caminha num sentido diferente do atribuído por Werneck Vianna (1993, p. 193) que considera a metáfora a providência como estratégia para focar os resultados do desenvolvimento da revolução democrática fugindo da complexidade da fundamentação histórica que poderia afastá-lo de seu real interesse. Em suas palavras, ao "confiar sua filosofia da história à Providência", Tocqueville pode "afirmar e, ao mesmo tempo, apartar *história e ator*".

Já para Drescher (1968, apud Jasmin, 1997b p.189) mais próximo a idéia de Cohn, o termo providência é utilizado como justificativa moral frente à opinião legitimista atribuindo "a força de um triunfo histórico e de sua sanção pelo plano divino".

Santos (2008) alerta que a idéia de que Tocqueville estaria se referindo a vontade divina é das mais difundidas em função de suas considerações a respeito que sugere a manutenção de sua crença de infância. Jardin (1984 apud JASMIN, 1997b p.192) coerente a este pensamento chama atenção para o fato de Tocqueville "após uma educação Jansenista na juventude, ter sido levado a uma deísmo impregnado de moral cristã".

Em contrapartida, Santos (2008) aponta a facilidade em encontrar documentos, principalmente correspondências, comentários e posições assumidas de como havia perdido sua fé religiosa ainda na juventude (ainda no Liceu em Metz). Lamberti (1983 apud JASMIN, 1997b, p.189) confirma que em 1935 quando da publicação do primeiro volume de "A Democracia na América", Tocqueville já não trazia consigo a crença nos dogmas católicos e que o termo providência se associa a uma justiça que transcende a história, "que está presente na necessidade histórica e no apelo aos homens para encontrarem na ordem moral o que já está inscrito na necessidade histórica".

Já a hipótese defendida por Jasmin (1997b, p.193) é que o recurso a providência foi fundamental para resolver os problemas para a defesa de sua proposta da emergência da igualdade democrática como fenômeno universal e na viabilidade de ação dos homens dentro de uma perspectiva liberal para os anseios da modernidade. Assim defende três funções na construção dos argumentos:

Uma função retórica de persuadir seus pares da inviabilidade do retorno ao antigo regime; uma outra cognitiva, que dá inteligibilidade ao processo de longo prazo sem reforçar as perspectivas materialistas do acaso ou da legalidade imanente à história; e uma terceira, ético-política, que pretendeu a determinação do lugar da ação humana responsável e de suas possibilidades no mundo contemporâneo.

Com relação a função retórica, Jasmin (1997a) lembra que Tocqueville tem plena consciência de sua operação de seleção e generalização e sabe que fatos particulares podem ser contrapostos as suas idéias gerais. Tal situação se apresenta em Tocqueville (apud JASMIN, 1997a): "há fatos e argumentos para todas as doutrinas".

Neste caso pode-se compreender o foco argumentativo no que para ele realmente interessa, os resultados: desconstruir as bases de sustentação das formas de hierarquia aristocrática e por outro lado a identificação da igualdade como fator gerador da democracia.

Por isso temos o indicativo do não tratamento da questão providencial por Tocqueville em função do mesmo estar mais preocupado com o convencimento dos leitores acerca dos argumentos sobre a igualdade e democracia do que com a correção científica e alguma comprovação da prática providencial. Segundo Jasmin (1997a, p.10) esta explicação é

(...) a única razoável ou a melhor para dar conta do desenvolvimento da igualdade, é plausível vê-la, antes, como recurso retórico que reforça as conclusões políticas do autor, do que um elemento logicamente indispensável de sua análise histórica.

Por se perceber o componente retórico não quer dizer que outros aspectos não possam fazer parte deste composto explicativo. Outro aspecto que figura na argumentação providencial em Tocqueville é o cognitivo. Nas palavras de Jasmin (1997a. p.16):

Olhando a história universal "do alto", é possível estabelecer sua direção e seu significado pela apreensão dos resultados sempre reiterados por causas longínquas ou princípios operantes. Na medida em que essas causas e esses princípios persistem na produção dos mesmos resultados ou de um mesmo resultado básico numa base territorial abrangente e a despeito do que os homens planejam fazer a cada ponto do percurso, reconhece-se a vontade providencial.

Ainda segundo o autor é nesta condição que se pode associar a prudência à humildade, “que obriga a acomodação das vontades humanas à força do processo universal que lhes impõe a Providência e que pode ser empiricamente apreendida”.

O terceiro e último componente para explicação do argumento providencial é a função ético-política, a atribuição da direção da história à Providência, neste enfoque, “além de conferir sanção especial à democracia que serve para a persuasão de seus inimigos e de permitir a determinação do sentido do presente sem pesquisa empírica minuciosa, evitava também um dos fantasmas tocquevilleanos: o "materialismo" dos sistemas históricos” (JASMIN, 1997b. p.213).

5. Palavras finais

O estudo da questão providencial em Tocqueville nos mostra o quanto é ambíguo os caminhos e interpretações e muitas vezes paradoxais os pensamentos dos diversos autores que se dedicaram ao tema. Fazendo coro a Jasmin o que vale ressaltar são as propostas e estruturas que culminam com um modelo que sob o ponto de vistas de alguns comentadores da obra de Tocqueville estaria inclusive antecipando a metodologia de Max Weber, ao tentar construir um tipo ideal de democracia.

Tocqueville deixa claro a importância da vigilância constante dos cidadãos para a manutenção da liberdade e o cuidado com as instituições para o alcance deste mesmo objetivo. Este cuidado constante resguarda sobre a possibilidade do comprometimento da democracia liberal em função da condição natural da igualdade de conduzir os indivíduos ao isolamento cívico cabendo neste caso ao intelectual político a tarefa de convencer os cidadãos a esta participação mais efetiva na esfera pública como condição da permanência da liberdade.

Se para que estes argumentos fossem assimilados pelas pessoas da época Tocqueville teve que lançar mão do artifício providencial, a estratégia se mostra válida pela relevância do tema/proposta atestada ainda nos dias atuais.

6. Referências Bibliográficas

COHN, Gabriel. Tocqueville e a paixão bem compreendida. *En publicacion: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx* Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCPFFLCH, Departamento de Ciencias Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006.

JASMIN, Marcelo Gantus. *Tocqueville, a providência e a história*. Dados Vol. 40 n.2. Rio de Janeiro. 1997a.

_____. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como Ciência Política*. Rio de Janeiro: ACCESS. 1997b.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Problemas Estratégicos E Sociológicos Da Democracia, Segundo Tocqueville e Aron*. Disponível em: www.ufjf.edu.br/defesa. Acessado em 02/06/2008.

SANTOS, Celia Quirino dos. *A realidade da democracia e a liberdade ideal*. Instituto de estudos avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: www.iea.usp.br/artigos. Acessado em 02/06/2008.

TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América: Sentimentos e opiniões*. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

_____. *A Democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

VIANNA, Luiz Werneck. Lições da América. O Problema do Americanismo em Tocqueville. *Lua Nova*, vol. 30, 1993.